

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL - MSGÁS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros da
Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS
Campo Grande - MS

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS, ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Ausência de revisão de vida útil do ativo intangível

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direitos oriundos de contrato de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do exercício findo naquela data.

Ênfase

Adiantamentos de clientes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Companhia possui adiantamentos pelo serviço de distribuição de gás recebidos de sua parte relacionada e cliente Petróleo Brasileiro S.A., no montante de R\$ 120.000 mil. A vigência do contrato firmado e prazo para compensação dos valores adiantados é 30 de abril de 2023. Em análise à capacidade de entrega do gás, considerando o período vincendo do contrato, o valor recuperável estimado destes adiantamentos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 20.131 mil. Dessa forma, o montante aproximado de R\$ 99.869 mil, relativo ao volume de gás a ser transportado nos termos do contrato, considerando a capacidade estimada de transporte diário, demonstra que não é possível de ser realizado no prazo de vigência do referido contrato, e dependerá de possível aditamento de prazo. Adicionalmente, o contrato não trata de devolução de saldos remanescentes de adiantamento existentes no caso de vencimento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 18 de fevereiro de 2020.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.555	82.656	Fornecedores	11	46.104	41.626
Contas a receber	5	48.512	34.215	Empréstimos e financiamentos	12	4.396	4.396
Estoques		1.302	1.104	Obrigações fiscais		1.115	1.013
Impostos a recuperar	6	9.679	1.493	Obrigações trabalhistas	13	5.124	3.630
Crédito nas operações de compra de gás	8	28.739	4.340	Débito nas operações de venda de gás e distribuição	14	14.978	27.921
Outros créditos		1.498	1.748	Dividendos a pagar	16	9.460	2.106
		<u>155.285</u>	<u>125.556</u>	Outras contas a pagar		1.135	420
						<u>82.312</u>	<u>81.112</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	6	160	195	Empréstimos e financiamentos	12	21.982	26.378
Impostos diferidos	9	13.588	8.530	Contingências	17	-	160
Ativo financeiro		711	411	Débito nas operações de venda de gás e distribuição	14	123.838	108.589
Outros créditos		226	160	Impostos diferidos	9	4.375	4.342
		<u>14.685</u>	<u>9.296</u>	Outras contas a pagar		2.370	-
						<u>152.565</u>	<u>139.469</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	10	109.249	110.186	Capital social	18.a	12.775	12.775
		<u>110.929</u>	<u>110.186</u>	Reserva de lucros	18.b	33.247	11.682
						<u>46.022</u>	<u>24.457</u>
Total do ativo		<u><u>280.899</u></u>	<u><u>245.038</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>280.899</u></u>	<u><u>245.038</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	19	358.657	417.647
Custos do produto vendidos	20	(297.222)	(373.079)
Lucro bruto		61.435	44.568
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais		(727)	(632)
Despesas administrativas	21	(47.315)	(52.428)
Outras receitas operacionais	22	32.605	27.042
		(15.437)	(26.018)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		45.998	18.550
Resultado financeiro líquido	23	4.951	4.216
Resultado antes dos impostos		50.949	22.766
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		(13.869)	(11.766)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido		3.926	1.736
		(9.943)	(10.030)
Lucro líquido do exercício		41.006	12.736
Lucro por ação do capital social (Em R\$)		3,2099	0,9969

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	41.006	12.736
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>41.006</u>	<u>12.736</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	<u>41.006</u>	<u>12.736</u>
	<u>41.006</u>	<u>12.736</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
	Capital Social	Legal	Reserva de lucros a distribuir		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	12.775	2.090	10.763	-	25.628
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.736	12.736
Distribuição de dividendos 2017	-	-	(10.763)	-	(10.763)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(2.106)	(2.106)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.038)	(1.038)
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	9.127	(9.127)	-
Reserva legal	-	465	-	(465)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12.775	2.555	9.127	-	24.457
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.006	41.006
Distribuição de dividendos 2018	-	-	(9.127)	-	(9.127)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(9.460)	(9.460)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(854)	(854)
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	30.692	(30.692)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.775	2.555	30.692	-	46.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	41.006	12.736
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	14.158	14.856
Amortizações do direito de uso	624	-
Provisão para perdas esperadas	28	38
Reversão de provisão para perdas esperadas	(158)	(13)
Reversão de provisão para contingências	(160)	-
Ganhos com ajuste a valor justo de créditos nas operações de compra de gás	(1.427)	(12.731)
Perdas com ajuste a valor justo de crédito nas operações de compra de gás	1.356	-
Constituição de impairment sobre crédito nas operações de compra de gás	748	12.855
Reversão de impairment sobre créditos nas operações de compra de gás	(19.127)	(1.075)
Ganhos com ajuste a valor justo de débitos nas operações de venda de gás e distribuição	(1.366)	(37)
Perdas com ajuste a valor justo de débitos nas operações de venda de gás e distribuição	10.600	6.713
Impostos diferidos IR/CSLL	(5.025)	(1.735)
Juros sobre ativo financeiro	(30)	(3)
	<u>41.227</u>	<u>31.604</u>
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(14.167)	(5.601)
Estoques	(198)	(21)
Impostos a recuperar	(8.151)	(565)
Adiantamentos a fornecedores	(5.949)	(3.389)
Outros créditos	184	(1.330)
Fornecedores	4.478	11.150
Obrigações fiscais	102	(772)
Obrigações trabalhistas	1.494	699
Adiantamentos de clientes	(6.928)	12.978
Outras contas a pagar	3.085	71
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>15.177</u>	<u>44.824</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Intangível	(13.221)	(13.958)
Direito de uso	(2.304)	-
Ativo financeiro	(270)	(408)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(15.795)</u>	<u>(14.366)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(11.233)	(13.460)
JSCP pagos	(854)	(1.953)
Empréstimos e financiamentos	(4.396)	(4.397)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	<u>(16.483)</u>	<u>(19.810)</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.101)</u>	<u>10.648</u>
Caixa e equivalente no início do exercício	82.656	72.008
Caixa e equivalente no final do exercício	65.555	82.656

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Receitas operacionais	455.394	514.538
Provisão para perdas esperadas	(28)	(38)
Perdas no recebimento de créditos	(62)	-
Outras receitas	32.606	27.042
	<u>487.910</u>	<u>541.542</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias primas consumidas	(366.609)	(431.417)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(3.167)	(2.972)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(23.247)	(29.079)
	<u>(393.023)</u>	<u>(463.468)</u>
Valor adicionado bruto	<u>94.887</u>	<u>78.074</u>
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(14.158)	(14.856)
Amortizações do direito de uso	(624)	-
	<u>(14.782)</u>	<u>(14.856)</u>
Valor adicionado líquido	<u>80.105</u>	<u>63.218</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.540	6.037
Valor adicionado total a distribuir	<u>86.645</u>	<u>69.255</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	20.492	19.169
Impostos, taxas e contribuições	23.525	35.020
Aluguéis	33	509
Juros e encargos financeiros	1.589	1.821
Lucros retidos do exercício	41.006	12.736
Valor total	<u>86.645</u>	<u>69.255</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS ("Companhia") foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21 de maio de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07 de julho de 2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma Sociedade de economia mista, e seus objetivos são: executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho de 1998 e foi até maio de 2001, iniciando suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelo valor residual dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação das demonstrações contábeis foi realizada pela Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber;
- Nota 8 - Crédito nas operações de compra de gás;
- Nota 9 - Impostos diferidos;
- Nota 10 - Vida útil do ativo intangível;
- Nota 14 - Débito nas operações de venda de gás e distribuição.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 - Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto assim como pela sua comercialização.

i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Concessões - Ativo financeiro

A Companhia possui contrato de concessão por 30 anos, vigente no período de 29/07/1998 a 28/07/2028, para exploração da atividade de distribuição de gás natural por meio de gasodutos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Para os investimentos realizados nos últimos dez anos da concessão, iniciado em 29/07/2018, a Companhia reconhece como "Ativo financeiro", o crédito a receber previsto no contrato firmado com o poder concedente, visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato, referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses Ativos financeiros estão registrados pelo valor original do direito e são atualizados com base na taxa contratual do IGP-DI, os quais irão compor a base de indenização. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

3.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

3.5. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.6. Direito de Uso/Arrendamento IFRS 16/CPC 06(R2)

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, com o objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Para isso, foi realizado estudo para verificar o impacto detalhado da aplicação desta norma nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial e concluímos que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas de aluguel passarão a ser reconhecidas nas linhas de amortização do direito de uso e despesas financeiras.

O impacto estimado na adoção inicial em 01 de janeiro de 2019, foi de R\$ 2.075, o qual foi contabilizado em Direito de Uso no ativo em contrapartida com "Arrendamento e Encargos Financeiros a Apropriar" (conta redutora) no passivo, conforme permitido pelo CPC 06. No mês de maio, foi atualizado o valor do contrato de arrendamento para R\$ 2.367, tendo em vista previsão contratual.

A Companhia avalia que a adoção inicial do CPC 06 (R2) IFRS 16 não afetou sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants).

3.7. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelo sistema de distribuição de gás natural em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos, os quais são remunerados via tarifa definido no contrato de concessão. O método de amortização utilizado pela Companhia, reflete o padrão de consumo descrito no contrato de concessão, para a formação de tarifa, sendo 10 anos.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas redes de distribuição foram capitalizados como parte de seus custos.

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui provisão de redução para perda do valor recuperável constituído sobre seus ativos intangíveis.

3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de vendas decorrem da comercialização e distribuição de gás natural canalizado, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

3.10. Benefícios a empregados

A Companhia não dispõe de plano de benefício pós-emprego.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP, aplicável somente às companhias abertas.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Contas correntes	360	338
Aplicações financeiras	65.194	82.318
Contas caução	1	-
	<u>65.555</u>	<u>82.656</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

5. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes (a)	48.207	34.372
Vendas incorridas e não faturadas	333	-
	<u>48.540</u>	<u>34.372</u>
(-) Provisão para perdas esperadas	(28)	(157)
	<u>48.512</u>	<u>34.215</u>

(a) Clientes

Do saldo de clientes, R\$ 1.456 (R\$ 887 em 2018), se referem a saldo das operações comerciais realizadas com partes relacionadas, valores estes que serão adequadamente tratados na Nota Explicativa nº 7.

Provisão para perdas esperadas

A Companhia desenvolveu um índice de perdas/histórico para aplicar sobre o contas a receber, o estudo realizado pela Companhia engloba o valor das perdas efetivas nos últimos três exercícios (2016, 2017 e 2018) somados a inadimplência dos títulos em aberto a mais de 180 dias até 31 de dezembro de 2018, comparados com o faturamento total no mesmo período, o índice obtido foi aplicado sobre o faturamento de dezembro de 2019, para constituir a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de Reais)

6. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar	9.443	231
Outros impostos a recuperar	396	1.457
	<u>9.839</u>	<u>1.688</u>
Circulante	9.679	1.493
Não circulante	160	195
	<u>9.839</u>	<u>1.688</u>

O aumento representativo de ICMS a recuperar está relacionado a Companhia adquirir gás natural a alíquota de ICMS de 17% e comercializar utilizando a alíquota de 12%, a manutenção deste crédito para compensação em períodos futuros está regulamentada conforme decreto nº 15.270 de 05 de julho de 2019.

A Companhia, por meio da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS), ingressou, em agosto de 2016, em juízo, com pedido para realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pedido este que teve trânsito em julgado em fevereiro de 2019. A Companhia está aguardando decisão final do STF para iniciar a recuperação dos créditos de PIS e da COFINS, se em relação ao valor destacado na nota fiscal ou se em relação ao valor pago conforme preconiza a COSIT nº 13/2018.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Partes relacionadas

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Clientes - Petrobras (Nota Explicativa nº 5)	1.456	-	887	-
Crédito nas operações de aquisição de gás (Nota Explicativa nº 8)	15.936	-	9.987	-
Ajuste a valor justo de crédito nas operações de aquisição de gás (Nota Explicativa nº 8)	12.803	-	12.731	-
Fornecedores - Petrobras (Nota Explicativa nº 11)	-	43.088	-	37.304
Débito nas operações de venda de gás e distribuição (Nota Explicativa nº 14)	-	111.793	-	104.619
Ajuste a valor justo de débito nas operações de aquisição de gás (Nota Explicativa nº 14)	-	8.207	-	-
	<u>30.195</u>	<u>163.088</u>	<u>23.605</u>	<u>141.923</u>
Circulante	30.195	43.088	23.605	37.304
Não circulante	-	120.000	-	104.619
	<u>30.195</u>	<u>163.088</u>	<u>23.605</u>	<u>141.923</u>

Todas as transações realizadas com partes relacionadas são de natureza comercial, sendo transações operacionais, e possuem contratos suportando as operações.

Os créditos nas operações de aquisição de gás ou débitos nas operações de venda de gás e distribuição, sejam a fornecedor ou de clientes, são controlados em quantidades (m³ de gás natural), por esta razão sofrem ajustes de valor justo em razão das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.146 durante o exercício (R\$ 920 em 2018) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis e benefícios diretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

8. Crédito nas operações de compra de gás

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a fornecedores (Nota Explicativa nº 7)	15.936	9.987
Ajuste a valor justo (Nota Explicativa nº 7)	12.803	12.731
	<u>28.739</u>	<u>22.718</u>
(-) Impairment de adiantamentos a fornecedores	-	(18.378)
	<u>28.739</u>	<u>4.340</u>

Os adiantamentos a fornecedores se referem ao contrato de compra de gás natural, onde o mesmo prevê que, se caso a Companhia não retire a quantidade mínima definida, fará o pagamento da diferença entre a retirada e o mínimo na forma de adiantamento para que seja compensado em períodos futuros. Tais adiantamentos são controlados em quantidade (m³), desta forma, o valor sofre o ajuste do valor justo em função das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

A provisão para perda do valor recuperável foi integralmente revertida no exercício em razão de, em 13 de dezembro de 2019, ter sido pactuado um novo contrato de compra e venda de gás natural canalizado junto a Petrobras S.A., onde neste novo contrato é permitida a apropriação da totalidade do saldo de adiantamentos existentes em contratos anteriores.

9. Impostos diferidos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Provisão para perdas esperadas	10	-	-	-
Ajuste a valor justo adiantamentos de clientes	3.688	11	2.282	13
Impairment sobre intangível	9.890	-	-	-
Impairment sobre adiantamentos a fornecedores	-	-	6.248	-
Ajuste a valor justo adiantamentos a fornecedores	-	4.353	-	4.328
Ativo financeiro	-	11	-	1
	<u>13.588</u>	<u>4.375</u>	<u>8.530</u>	<u>4.342</u>

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte forma:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.453	-
(-) Diminuição	(365)	2
(+) Aumento	6.442	(4.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>8.530</u>	<u>(4.342)</u>
(-) Diminuição	(6.248)	2
(+) Aumento	11.306	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>13.588</u></u>	<u><u>(4.375)</u></u>

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

10. Intangível

	Saldos em 01/01/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Custo					
Terrenos	925	375	-	-	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	941	17	-	-	958
Máquinas e equipamentos	858	38	-	-	896
Veículos	1.433	68	-	-	1.501
Móveis e utensílios	1.623	85	-	-	1.708
Computadores e periféricos	3.330	642	-	-	3.972
Softwares	3.123	462	-	-	3.585
Sistema de distribuição de gás natural	232.519	-	10.436	-	242.955
(-) Impairment sistema de dist. de gás natural	(29.089)	-	-	-	(29.089)
	<u>215.663</u>	<u>1.687</u>	<u>10.436</u>	<u>-</u>	<u>227.786</u>
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	(493)	(88)	-	-	(581)
Máquinas e equipamentos	(598)	(39)	-	-	(637)
Veículos	(183)	(148)	-	-	(331)
Móveis e utensílios	(800)	(127)	-	-	(927)
Computadores e periféricos	(1.743)	(256)	-	-	(1.999)
Softwares	(2.284)	(143)	-	-	(2.427)
Sistema de distribuição de gás natural	(111.425)	(14.926)	-	-	(126.351)
	<u>(117.526)</u>	<u>(15.727)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133.253)</u>
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	7.678	10.777	(8.190)	-	10.265
Almoxarifado de projetos	5.269	2.999	(2.246)	(227)	5.795
	<u>12.947</u>	<u>13.776</u>	<u>(10.436)</u>	<u>(227)</u>	<u>16.060</u>
Ativo financeiro	-	-	(407)	-	(407)
	<u>111.084</u>	<u>(264)</u>	<u>(407)</u>	<u>(227)</u>	<u>110.186</u>

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Saldo líquido 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2019
Custo					
Terrenos	1.300	-	-	-	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	958	127	-	-	1.085
Máquinas e equipamentos	896	260	-	-	1.156
Veículos	1.501	-	-	-	1.501
Móveis e utensílios	1.708	56	-	-	1.764
Computadores e periféricos	3.972	117	-	-	4.089
Softwares	3.585	168	-	-	3.753
Sistema de distribuição de gás natural	242.955	-	2.947	-	245.902
(-) Impairment sistema de dist. de gás natural	(29.089)	-	-	-	(29.089)
	<u>227.786</u>	<u>728</u>	<u>2.947</u>	<u>-</u>	<u>231.461</u>
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	(581)	(93)	-	-	(674)
Máquinas e equipamentos	(637)	(45)	-	-	(682)
Veículos	(331)	(150)	-	-	(481)
Móveis e utensílios	(927)	(129)	-	-	(1.056)
Computadores e periféricos	(1.999)	(291)	-	-	(2.290)
Softwares	(2.427)	(175)	-	-	(2.602)
Sistema de distribuição de gás natural	(126.351)	(14.192)	-	-	(140.543)
	<u>(133.253)</u>	<u>(15.075)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(148.328)</u>
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	10.265	11.923	(1.232)	(119)	20.837
Almoxarifado de projetos	5.795	1.932	(1.716)	(55)	5.956
	<u>16.060</u>	<u>13.855</u>	<u>(2.948)</u>	<u>(174)</u>	<u>26.793</u>
Ativo financeiro					
	(407)	-	(270)	-	(677)
	<u>110.186</u>	<u>(492)</u>	<u>(271)</u>	<u>(174)</u>	<u>109.249</u>

A Companhia entende que o prazo de vida útil da concessão é de 10 anos conforme a taxa de amortização de 10% prevista no contrato. O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de distribuição de gás natural canalizado e demais compras de bens móveis e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como "Ativo financeiro".

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. A companhia adota a taxa IGP-DI para ajustar ao valor presente o seu ativo financeiro, a taxa é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Companhia aplica a referida taxa, a qual está definida no contrato de concessão para remuneração dos investimentos efetuados nos últimos 10 (dez) anos da concessão.

11. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de gás natural (Nota Explicativa nº 7)	-	1
Fornecedores diversos	3.016	4.321
	<u>3.016</u>	<u>4.322</u>

A parte relacionada Petróleo Brasileiro S.A. é o único fornecedor de gás natural canalizado na região da Companhia.

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil/FCO	4.396	21.982	4.396	26.378
	<u>4.396</u>	<u>21.982</u>	<u>4.396</u>	<u>26.378</u>

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os financiamentos com recursos do Banco do Brasil destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição de gás natural canalizado.

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	Circulante	Não circulante	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
40/00654-9	FCO	4,14% a.a	4.396	21.982	B. Brasil	126	Dezembro/2025
	Total da dívida		<u>4.396</u>	<u>21.982</u>			
	Circulante		4.396	4.396			
	Não circulante		21.982	26.378			

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
4.396	4.396	4.396	4.396	4.398	21.982

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de férias e encargos	2.778	2.579
Participação nos lucros e resultados	1.794	533
Outras obrigações trabalhistas	552	518
	<u>5.124</u>	<u>3.630</u>

14. Débito nas operações de venda de gás e distribuição

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de clientes (a)	128.000	129.834
Ajuste a valor justo (a)	10.816	6.676
	<u>138.816</u>	<u>136.510</u>
Circulante	14.978	27.921
Não circulante	123.838	108.589
	<u>138.816</u>	<u>136.510</u>

Os débitos nas operações de aquisição de gás referem-se ao contrato de venda de gás natural e contrato de prestação de serviços de distribuição de gás natural canalizado firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras em 06 de fevereiro de 2001, onde o mesmo prevê que, se caso o cliente não retire/movimente a quantidade mínima definida, fará o pagamento da diferença entre a retirada/movimentação e o mínimo na forma de adiantamento para que seja compensado em períodos futuros. Tais valores são controlados em quantidade (m³), desta forma, o valor sofre o ajuste do valor justo em função das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

O vencimento do contrato é tratado na Cláusula Nona, sendo a versão atual a do Primeiro termo Aditivo, com a seguinte redação:

“CIÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente CONTRATO será válido a partir de sua assinatura e seu término ocorrerá no prazo de 20 (vinte) ANOS contados a partir do INÍCIO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL ou na data de término do CONTRATO PETROBRAS-PIEE, considerados todos os seus eventuais aditamentos, a que ocorrer por último. Na hipótese de o contrato PETROBRAS-PIEE ser prorrogado, este CONTRATO será automaticamente prorrogado pelo mesmo prazo.”

- (a) Débitos nas operações de venda de gás e distribuição e ajuste a valor justo

O saldo de débitos nas operações de venda de gás e distribuição, R\$ 111.793 (R\$ 104.619 em 2018), se referem ao saldo das operações comerciais realizadas com partes relacionadas. Quanto ao saldo de ajuste a valor justo sobre débitos nas operações de gás e distribuição, R\$ 8.207 se refere ao ajuste a valor justo dos débitos gerados pelas operações comerciais realizadas com partes relacionadas. Ambos os valores serão adequadamente tratados na Nota Explicativa nº 7.

15. Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$ 854 (em 2018, R\$ 1.038), referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte foi aprovada em 29/11/2019 pela Assembleia Geral de Acionistas, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul R\$ 436 e Petrobras Gás S.A. R\$ 418 e pago em 13/12/2019.

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

16. Dividendos a pagar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	4.825	1.074
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	4.635	1.032
	<u>9.460</u>	<u>2.106</u>

Os dividendos a pagar se referem aos dividendos complementares obrigatórios de 25% do lucro líquido após as destinações para reservas conforme regido pelo estatuto social da Companhia.

17. Contingências

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante apenas em ações judiciais referentes às questões trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 176 (R\$ 382 em 2018).

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 12.775 (R\$ 12.775 em 2018), está representado por 4.258.333 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e trinta e três) ações ordinárias e 8.516.667 (oito milhões, quinhentos e dezesseis mil e seiscentos e sessenta e sete) ações preferenciais, todas de classe única, nominativas sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra (mesma quantidade em 2018).

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

Reserva legal, constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 2.555 (o mesmo valor em 31 de dezembro de 2018).

Reserva de lucros a distribuir, constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício após as destinações de reservas, distribuições de dividendos obrigatórios e qualquer outra destinação necessária, o montante em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 30.692 (R\$ 9.127 em 31 de dezembro de 2018).

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Revenda de gás natural		
Térmica	-	132.644
Veicular	7.892	6.370
Industrial	423.042	357.685
Comercial	9.631	5.802
Residencial	4.460	2.771
Cogeração	1.477	1.265
	<u>446.502</u>	<u>506.537</u>
Serviços de transporte de gás natural		
Térmica	8.559	8.001
Vendas incorridas e não faturadas	333	-
	<u>8.892</u>	<u>8.001</u>
(-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(7.480)	(6.276)
COFINS	(34.454)	(28.908)
ICMS	(52.321)	(59.756)
ISS	(427)	(400)
Cancelamentos e devoluções	(2.055)	(1.551)
	<u>(96.737)</u>	<u>(96.891)</u>
	<u>358.657</u>	<u>417.647</u>

20. Custos dos produtos vendidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Compras de gás natural	(366.609)	(431.417)
Pessoal	(3.618)	(3.452)
Outros	(3.166)	(2.973)
Amortização do intangível	(13.400)	(14.055)
(-) Créditos de impostos	89.571	78.818
	<u>(297.222)</u>	<u>(373.079)</u>

21. Despesas administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(20.362)	(19.240)
Serviços de terceiros	(2.938)	(2.480)
Impostos, taxas e contribuições	(2.929)	(3.393)
Penalidades retirada de gás a menor/maior	(3.260)	(1.953)
Perdas com ajustes a valor justo	(11.956)	(6.713)
Amortização	(1.382)	(801)
Outras	(4.488)	(17.848)
	<u>(47.315)</u>	<u>(52.428)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Outras receitas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Penalidades retirada de gás a menor/maior	3.593	3.194
Ganhos com ajustes a valor justo	2.793	12.768
Baixa de impairment sobre adiantamentos a fornecedores	19.126	1.075
Ganhos com adiantamentos/serviços não utilizados	6.810	9.845
Outras receitas	283	160
	<u>32.605</u>	<u>27.042</u>

23. Resultado financeiro líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.543	4.803
Juros e multas	961	1.039
Descontos obtidos	6	192
Juros sobre atualização de ativo financeiro	30	3
	<u>6.540</u>	<u>6.037</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(989)	(1.140)
Juros e multas de mora	(443)	(322)
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	(93)	-
Despesas bancárias	(28)	(24)
Descontos concedidos	(36)	(335)
	<u>(1.589)</u>	<u>(1.821)</u>
	<u>4.951</u>	<u>4.216</u>

24. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

d) Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	65.555	82.656
Contas a receber	48.512	34.215
Ativo financeiro	711	411
	<u>114.778</u>	<u>117.282</u>

Provisão para perdas esperadas

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações contábeis para os quais foram reconhecidas provisões para perdas esperadas, era a seguinte:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valores a faturar	333	-
Valores faturados		
A vencer	47.075	33.341
Vencido de 1 a 30 dias	455	139
Vencido de 31 a 90 dias	153	17
Vencido de 91 a 180 dias	94	275
Vencidos acima de 180 dias	430	600
	<u>48.540</u>	<u>34.372</u>
Provisão para perdas esperadas	(28)	(157)
	<u>48.512</u>	<u>34.215</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	46.104	41.626
Empréstimos e financiamentos	26.378	30.774
	<u>72.482</u>	<u>72.400</u>
Circulante	50.500	46.022
Não circulante	21.982	26.378
	<u><u>72.482</u></u>	<u><u>72.400</u></u>

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	46.104	46.104	46.104	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	26.378	26.378	4.396	4.396	4.396	4.396	4.396	4.398

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia possui adiantamentos ativos no montante de R\$ 28.739 (R\$ 4.340 em 2018) e adiantamentos passivos no montante de R\$ 138.816 (R\$ 136.510 em 2018), que são controlados em quantidades de m³ de gás natural, sofrendo com isso, variação no valor justo em razão da variação tarifária do gás natural canalizado.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	65.555	82.656
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	26.378	30.774

A seguir, apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes a que a Companhia está suscetível:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Elevação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2019	Taxa de juros efetiva	Cenários					
			Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
			%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
Passivos financeiros - Financiamentos	(26.378)	4,14	4,14	(1.092)	5,18	(1.366)	6,21	(1.638)
Total	<u>(26.378)</u>			<u>(1.092)</u>		<u>(1.366)</u>		<u>(1.638)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2019	Taxa de juros efetiva	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
Passivos financeiros - Financiamentos	(26.378)	4,14	4,14	(1.092)	3,11	(820)	2,07	(546)
Total	<u>(26.378)</u>			<u>(1.092)</u>		<u>(820)</u>		<u>(546)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Valor justo x valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	65.555	82.656	65.555	82.656
Contas a receber	48.512	34.215	48.512	34.215
Adiantamentos a fornecedores	28.739	4.340	28.739	4.340
Ativo financeiro	711	411	711	411
	<u>143.517</u>	<u>121.622</u>	<u>143.517</u>	<u>121.622</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	46.104	41.626	46.104	41.626
Empréstimos e financiamentos	26.378	30.774	26.378	30.774
Adiantamentos de clientes	138.816	136.510	138.816	136.510
	<u>211.298</u>	<u>208.910</u>	<u>211.298</u>	<u>208.910</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	65.555	-	-	82.656	-
Contas a receber	-	48.512	-	-	34.215	-
Créditos nas operações de compra de gás	28.739	-	-	4.340	-	-
Ativo financeiro	-	-	711	-	-	411
	<u>28.739</u>	<u>114.067</u>	<u>711</u>	<u>4.340</u>	<u>116.871</u>	<u>411</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	46.104	-	-	41.626
Empréstimos e financiamentos	-	-	26.378	-	-	30.774
Débitos nas operações de venda de gás	138.816	-	-	136.510	-	-
	<u>138.816</u>	<u>-</u>	<u>72.482</u>	<u>136.510</u>	<u>-</u>	<u>72.400</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

25. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

27. Aspectos ambientais (não auditado)

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de comercialização, distribuição e transporte de gás natural canalizado estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

28. Resultados por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro do exercício	41.006	12.736
Número de ações	12.775	12.775
Resultado por ação básico e diluído (Reais)	3.209,86	996,95